

## Implicações ético-políticas das leis laborais \*

Ninguém poderia suspeitar que viria um tempo (...) em que aquele que não arriscasse perderia o tempo todo, certamente muito mais do que aquele que arrisca.

*Charles Péguy*

### INTRODUÇÃO

«Mayores facilidades para despedir y contratar a los trabajadores en Portugal». Este o título da notícia de um diário madrileno (ABC de 16-4-88) sobre a autorização legislativa para um projecto de Decreto-Lei apresentado pelo executivo dirigido por Cavaco Silva e aprovado na Assembleia da República com os votos do Partido Social Democrata. A primeira coisa que salta à vista para quem, como eu, estava em Madrid nesse dia, é que «grosso modo» a Imprensa portuguesa tratou a questão em termos de «lei dos despedimentos». A sensibilidade jornalística da maioria dos profissionais de informação portugueses era correcta. De facto, as maiores facilidades para contratar parecem não interessar a quem está empregado, embora pudessem porventura interessar a quem pretende trabalho, ou eventualmente é candidato a dador de trabalho. Mas estes últimos estão muito longe de ser em número que mereça destaque...

O que pretendo salientar é que a forma de apresentar o pacote laboral está naturalmente inviesada pelos humanos interesses daqueles que são a maioria, e os leva a encarar o problema

---

\* Artigo escrito entre Maio e Novembro de 1988. As linhas gerais deste texto foram inicialmente apresentadas oralmente num debate intitulado *Implicações Éticas das Leis Laborais*, em 22-4-88, no Centro de Cultura Católica, e integrado no âmbito do Congresso de Leigos da Diocese do Porto.

na óptica do empregado cuja visão é mais restrita que a do trabalhador. Isto, na medida em que nem todos os trabalhadores são empregados, embora se parta normalmente do princípio de que todo o empregado é trabalhador. Tal não deve ser entendido como uma crítica mas apenas como o destacar de um «sinal dos tempos» que aliás é assumido pelo actual Governo cujo pragmatismo por certo explica a passagem do Ministério do «trabalho» a Ministério do «emprego», isto inclusivé à revelia do que parece ser o sentido da sua política laboral global.

Na verdade um trabalhador não é necessariamente um empregado (trabalhador por conta de outrém) pode ser um trabalhador por conta própria ou mesmo um trabalhador não-remunerado. A noção de empregado, contudo, tem em si implicada a existência de um outro tipo de trabalhador: o empregador (o «patrão»). Ora, por razões que mais adiante espero tornar claras, foi em torno da extensão e duração deste vínculo que se centrou a, agora de novo retomada, discussão em torno do chamado «pacote laboral».

Não é pretensão deste artigo atacar (ou defender) o actual Governo. Não falta quem possa e deva dedicar-se a essas tarefas urgentes e necessárias em democracia. Pretendo antes fazer alguns avisos (ético-políticos) à navegação, e mostrar que para além das pequenas e grandes paixões do momento presente, movimentos mais profundos e invisíveis nos podem arrastar para onde porventura não há nada a descobrir... Acrescente-se, contudo, que também não pretendemos diminuir a importância nem a história de todos os dias das «Unões de Trabalhadores», em prol da sua promoção económica e cultural, mas antes dar futuro a esse passado.

Também não é nossa intenção entrar exaustivamente em toda a nova problemática, hoje emergente, que articula o fim do Estado-Providência e do 'Welfarismo' com as falácias do governo que dá trabalho e mesmo os estudos que avançam com provas de que os sindicatos podem reduzir os salários reais. Enfim, também não iremos acolher de todo as insinuações de «uns» sobre as diversas formas de apaziguar a inveja ou o que «outros» chamam os falsos remédios para combater a pobreza, ou porque tantas empresas públicas não funcionam.

Tudo isto exigiria um aprofundamento sistemático de questões tais como o papel do Governo, do Direito, da Moral..., que

embora essenciais não cabem de todo no âmbito deste texto que pretende contudo apontar para mais além da oferta e da procura de emprego. Daí a escolha como título de implicações ético-políticas das leis laborais. Mais precisamente, iremos procurar fazer uma abordagem centrada sobre aquilo que nos parece ser um dos aspectos mais profundos desta problemática: segurança *versus* risco na actividade económica do homem.

## I

## O PASSADO E O PRESENTE

Not for to hide it in a hedge  
Not for a train attendant  
But for the glorious privilege  
Of being independent.

*Robert Burns*

1. *Recuemos um pouco...*

Podemos considerar que, pelo menos nos últimos duzentos anos, se nota um aumento do trabalho por conta de outrém. G. Wright Mills no seu famoso livro «*White Collar*» salienta que «No início do século XIX, embora não se disponha de estatísticas exactas, provavelmente 4/5 da população activa eram formados por empresários independentes; essa antiga classe média representava, por volta de 1870, 1/3 da população, e, em 1940 apenas 1/5»<sup>1</sup>. Wright Mills depois de salientar que a América se está a transformar numa nação de empregados acrescenta que por volta de 1870 eles eram 750 000 e que «por volta de 1940 essa categoria alcançava mais de 12,5 milhões. Durante este período a antiga classe média aumentou em 135%; o operariado em 255%; e a nova classe média em 1600%»<sup>2</sup>.

Não queremos sobrecarregar o texto com números, mas importa referir que esta tendência prosseguiu. A percentagem de assalariados era (em relação à população activa civil ocupada)

<sup>1</sup> G. Wright Mills — *A Nova Classe Média (White Collar)*, tradução do inglês de Vera Borda, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1969, 83.

<sup>2</sup> *Ibid.*, 83-84.

em 1968 de 89,3%, e em 1978 de 90,8%<sup>3</sup>. Estes valores referentes aos E.U.A. estão próximos dos dos outros países do chamado mundo ocidental<sup>4</sup>.

Aliás, seria interessante averiguar até que ponto certas viragens políticas ocorridas em países europeus, nomeadamente no Reino Unido (com 92,75% de assalariados, em 1968) e na Alemanha (com 85,3% em 1978) têm a ver não tanto com «oportunistas» mas com o facto de certos políticos se terem apercebido de que o sentir da maioria das populações ia (apesar das forças sociais «inevitáveis» e «irresistíveis» que tantos intelectuais se abstêm de criticar, por recearem entravar a História) no sentido de inverter esta tendência. Por muito que isso custe a muitos de nós foram sectores conservadores-liberais que melhor souberam interpretar e tirar partido deste sentir das «massas» e prometer nos seus programas políticos inverter esta tendência massificante. Assim parece ser notório hoje em dia que não só muitos se vêem obrigados a estabelecer-se por conta própria como cada

<sup>3</sup> *Labour Force Statistics (1967-1978)*, Paris 1980, 31.

<sup>4</sup> *Ibid.* Portugal é um caso particular em que o peso do sector agrícola e o espírito empreendedor do Norte (o outro lado da pequena e média propriedade) têm atenuado esta tendência que de qualquer forma estará próxima das médias dos outros países do mundo ocidental. Aliás, será interessante referir que as excepções a esta tendência, nomeadamente na «Agricultura e Pecuária», «Vestuário», e de forma especial a «Construção e Obras Públicas» foram os sectores que mais contribuíram para atenuar as tensões surgidas ao longo dos anos 70 no mercado de trabalho (para mais informação consultar o artigo de Maria João Rodrigues, *O mercado de trabalho nos anos 70, das tensões aos metabolismos*, in *Análise Social* 21 (1985) 679-733).

Até que ponto as nemessas dos imigrantes e a sua aplicação em Portugal e em especial do regresso dos imigrantes (e mais tarde os milhares de 'retornados'), esses portugueses cujo espírito de aventura e de risco os levou a sair para, depois de um período mais ou menos longo como assalariados, poderem regressar à sua terra como independentes («já tenho para viver»), são causa maior do actual momento nacional? Em que medida o dinamismo e as suas ideias e exemplo de toda essa gente que não desiste de ser 'dona de si própria' (de se estabelecer, de tentar a sorte) não explicam os últimos (e imprevistos) resultados eleitorais que nos afastam bastante de países como Espanha, França e mesmo Grécia aonde os Partidos Socialistas são maioritários, contrariando a inclinação estatizante da massa de assalariados e em especial dos funcionários públicos.

vez mais jovens licenciados, em especial nos E.U.A., apesar de não terem problemas de emprego, aspiram mais a ser trabalhadores por conta própria (e muitas vezes pequenos empresários) a serem empregados numa grande organização.

## 2. A procura de razões...

A esta perda de independência não é estranha a própria revolução industrial e as alterações tecnológicas a que obrigou, empurrando as sociedades para políticas de centralização e uniformização, de controlo e regulamentação. As razões de Estado cedo começaram a incentivar as grandes concentrações, as grandes unidades organizacionais com base numa crescente valorização de segurança em relação ao risco (da razão em relação à fé, da passividade em relação à actividade, da indiferença em relação à diferença). Tempos houve em que a escolha entre segurança e liberdade foi porventura mais equilibrada. Ser senhor de si próprio mantinha íntima relação com a independência de critério e mesmo energia de carácter própria daqueles que abriam o seu próprio caminho. A eleição e o risco eram vistos como constitutivos do indivíduo e não passava pela cabeça de uma pessoa sensata exigir de alguém a sua exoneração. Será neste espírito que se terá de entender Benjamin Franklin quando afirma: «Aqueles que cederiam a liberdade essencial para adquirir uma pequena segurança temporal não merecem nem a liberdade nem a segurança»<sup>5</sup>. Aliás, na mesma época, A. Smith na sua *Riqueza das Nações* salientava que essa propensão para correr riscos que se traduzia, naqueles tempos, no reduzido lucro das seguradoras, o que aos seus olhos constituía prova de que o risco era subavaliado<sup>6</sup>.

Aqui convirá fazer um parêntesis para insinuar que não será de todo gratuito relacionar certas épocas da história com 'espírito de juventude' (maior atracção pelo risco, pelo imprevisto) e outras mais carregadas pelo 'espírito de velhice' (mais desejosas de segurança). Evidentemente que o espírito 'jovem' e 'velho' tem pouco a ver com a idade (e quase me apetecia cha-

<sup>5</sup> Citado por Friedrich A. Hayek in *Camino de servidumbre*, Alianza Editorial, Madrid, 1985, 170.

<sup>6</sup> Adam Smith — *Riqueza das Nações*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981, 224 e seguintes.

mar-lhe antes espírito de optimismo e espírito de pessimismo, não fosse talvez a ainda maior ambiguidade). De qualquer forma, Schopenhauer deixou escrito: «Na minha mocidade, um toque de campainha à minha porta enchia-me logo de alegria, porque eu pensava: Bom! 'aí vem alguma coisa para mim'. Depois, amadurecido pela vida, esse mesmo som despertava-me um sentimento próximo do temor: eu dizia comigo: 'Ah! O que será?'»<sup>7</sup>

Evidentemente que eu não pretendo contrapor segurança e risco. Pretendo apenas salientar que a vida é um conjunto combinatório desses dois elementos (se escolhes, matas; se não escolhes, morres). Um homem sensato, por certo, procurará minimizar o risco, mas não pode anulá-lo: anular o risco seria anular a própria vida.

Quem sabe se Maio de 68 e outras posteriores crises inexplicáveis da civilização ocidental bem como a irrupção quase paranóica do 'individualismo' não serão apenas formas de procurar afirmar a vida, o imprevisto, o concreto, o espantoso, o incrível, o natural face à excessiva regulamentação, formalização, racionalização, monopolização das vidas e colonização da Vida. Uma espécie de ecologia da sociedade humana está a despontar, alargando o espaço do que é natural e espontâneo à custa do que é artificial e planeado. É no fundo a denúncia às vezes extravagante e cega do que é postigo, do que está a mais e é por isso demais. Os homens deste fim de século parecem estar a despertar de novo para uma ordem 'a partir de dentro' e a ficar cansados de suportar uma ordem que cada um de nós tem cada vez mais dificuldades em aceitar porque imposta 'a partir do exterior', depauperadora do 'ser' e pouco atenta à sua leveza: à sua insustentável leveza.

Há, assim, razões para pensar que se podem estar a criar espaços para novos 'sinais' e certas cabeças cheias de bem intencionadas teorias 'progressistas' podem estar na primeira linha daqueles que não se dão conta que certas reacções 'conservadoras' mais não são afinal que formas de reagir a certos excessos e nomeadamente a todo o pensamento político-económico que identificou em demasia Progresso-Esquerda-Estado-Segurança, e daí a incompreensão perante uma época de crise que não poupa

<sup>7</sup> Arthur Schopenhauer — *Amor, Mulheres e Casamento*, Distribuidora de Publicações, S. Paulo-Recife, s/d, 130.

nenhum dos termos da sucessão e exige um regresso à Terra, ao realismo da condição humana e a denúncia das religiões da auto-dedicação e esforços, a sua atenção à qualidade das relações do Povo dos nacionalistas, a Sociedade dos marxistas e a Humanidade do Positivismo de Comte são outros tantos nomes do Deus das novas religiões criadas pela vontade de iluminados desejosos de se glorificarem a si mesmos.»<sup>8</sup>

Urge abandonar uma religião alienante cujos sacerdotes pretendiam impor a todos o que nem mesmo Cristo garantiu aos Doze — a segurança do 'lugar'. Suprema alienação esta que a leste da natureza humana ousava garantir já não a segurança de um lugar no outro mundo (que constitui ainda hoje, o centro ofertante de algumas seitas, nomeadamente as testemunhas de Jeová) mas a cada vez mais desacreditada, porque duplamente falsa, vida segura neste mundo a começar pela estabilidade do emprego.

É, contudo, a esta luz que se terá de entender as palavras do dirigente máximo da CGTP, Carvalho da Silva, aos órgãos de comunicação social, ao afirmar, «dizer que acabou a era do emprego estável é absurdo, defender um conceito absurdo». Pergunta-se: quem poderá garantir a estabilidade de um emprego ou mesmo de uma empresa? Como reagirão amanhã os trabalhadores, sabendo que os seus lugares estão seguros? E depois de amanhã os empresários? E os consumidores? Estará V. Ex.<sup>a</sup> disposto a comprar mais caro e/ou produtos que não necessita só para garantir a estabilidade do emprego nessas empresas? Ou acha preferível que o governo subsidie essas empresas? E como reagirão os empregados e empresários das outras empresas? E os contribuintes? Esta mesma lógica poderia, por analogia, ser aplicada a um jogo de futebol cuja vitória estivesse garantida à partida a um dos participantes. Ou mesmo aos estudantes a quem fosse, no início do ano, garantida a passagem nos exames. E salvas as devidas diferenças também se poderia perguntar: Quem poderá garantir a estabilidade de um casamento ou de uma simples amizade, a saúde ou o bom humor?

<sup>8</sup> Raoul Audouin, *La ética da la sociedad competitiva*, in *Revista del Instituto de Estudios Económicos*, n.º 2 (Problemas económicos actuales en una perspectiva liberal), Madrid, 1980, 14.

Repare-se que não foi dito garantir um mínimo de subsistência a uma pessoa de acordo com a capacidade e vontade políticas do país, ou possibilitar e facilitar a aprendizagem tendo em vista o emprego na mesma ou noutra profissão, mas a estabilidade do emprego. Ora, essa estabilidade depende, num mundo em evolução, de múltiplos factores que ninguém felizmente está em condições de controlar. E nem mesmo o empenhamento de todos aqueles que fazem parte da comunidade empresarial, a sua dedicação e esforços, a sua atenção à qualidade das relações humanas, a sua submissão à dura disciplina de mercado, a sua obediência aos 'sinais' dos preços, que reflectem as escolhas dos consumidores... garantem de todo o futuro da empresa. De facto, pese embora todos os esforços, os imprevistos e o acaso que sempre acompanham o obrar humano, para além da má organização ou mesmo essa destruição criadora (em que Schumpeter tanto insistiu) resultante do surpreendente dinamismo da evolução tecnológica, podem levar a muitas surpresas. E não se julgue que isto é a 'lei da selva', antes é parte constitutiva do dinamismo do fenómeno humano. E querer subtrair-se de todo a esta realidade arrastou povos inteiros para 'selvas sem lei'

### 3. *Presente*

Felizmente que hoje o choro e os protestos dos que sofrem 'os amanhãs que cantam' levam a re-encontrar a dimensão lúdica da existência e a recusar as utopias 'científicas'. Como salientava Andrés Tornos, em 1977, esta dimensão lúdica «está na religião e escuta-se muito menos agora, principalmente entre os que querem fazer a revolução (e por isso se tornam tão aborrecidos)»; e acrescentava: «Suprimindo o lúdico desfaz-se a possibilidade de ser homem»<sup>9</sup>. Quem sabe o fomento de visões irrealistas (idealistas e/ou materialistas) alimentou o esvaziamento da dimensão religiosa e aumentou a voga de contos deliriosos pauperizadores do real e responsável por muitos dos desastres de uma educação onde o 'mal' está fora deste mundo (ainda não há muito tempo uma telenovela brasileira fazia dizer que isso de culpa é coisa de padres) impedindo as crianças de

<sup>9</sup> Andrés Tornos in A. Dou (ed.) — *Ciencia y Anticiencia*, ed. Mensajero Balbao, 1978, 232.

experienciar que o contacto com o mal é (in)felizmente a forma humana de descobrir e fortalecer o Bem.

Enfim nem no campo da educação nem no campo da economia estamos dispensados de actualizar o 'ser' de modo a evidenciar de forma singular e única... a diversidade do Ser existente no homem todo e em todos os homens que terá que ser entrevisto como um «todo ontica e funcionalmente contínuo». Ou ainda nas palavras de Diamantino Martins «A experiência metafísica concreta, ou o conhecimento de nós mesmos, mostra a coexistência no real, da permanência e do mudamento, de modo que com a mesma verdade posso dizer 'eu mudo', como 'eu permaneço'»<sup>10</sup>. As miragens individuais e colectivas de 'Domingos de Ressurreição' sem (ou apesar de) 'Sextas-feiras Santas' está por detrás de muitas 'falsas partidas'. E todos aqueles que nos diversos campos do humano insistem em apresentar a ressurreição sem a 'paixão e a morte' estão, apesar das suas boas intenções, hoje, a produzir multidões de ressentidos (e ateus) à vista da 'terra prometida'.

Pena é que muitas vezes o 'especialista' verifique a evidência desta verdade cristamente humana no seu campo de trabalho (teologia, economia, ensino, etc.) mas proceda como se nos outros campos do humano uma Superior Entidade (um Deus Interventor, um Estado intervencionista, um Paizinho, etc.) devesse poder evitar aos homens os 'males' da liberdade. Só que o Deus de Jesus Cristo, perito em Humanidade, é alguém que ama por que oferece liberdade e por isso oferece responsabilidade. É portanto, como diria S. Agostinho, um Deus tranquilo. Mas voltemos às leis laborais.

## II

### OS EMPREGADOS, O GOVERNO E A MUDANÇA DOS VENTOS

«Quando a autoridade se apresenta com a aparência de organização, mostra um encanto tão fascinador que pode converter as comunidades de agentes livres em Estados totalitários» (*Times*)

<sup>10</sup> Diamantino Martins — *Bergson*, Livraria Tavares Martins, Porto, 1957, 290.

### 1. *A hesitação dos governos e o interesse dos empregados*

Sejamos realistas: a situação de qualquer governo (de esquerda ou de direita, conforme os países e os olhos dos eleitores) nesta matéria não é fácil. De facto, em quase todos os países democráticos o ponto de vista da grande maioria do eleitorado acaba por ser determinado por aqueles que ocupam postos de trabalho assalariado. Por outro lado, dado que na actualidade a vida política é condicionada pelos interesses desses mesmos assalariados é natural que quem está à frente da governação se veja na necessidade de alargar, ou pelo menos defender, os atractivos dos postos de trabalho dos empregados, quanto mais não seja porque teme o seu peso eleitoral.

O problema, contudo, está em saber se a prazo interessará transformar a sociedade numa imensa 'massa' de empregados hierarquizados. De facto, sem a existência de numerosos empresários entre quem escolher, a situação tende a piorar. Parece, pois, que interessa mais fomentar uma sociedade onde uma percentagem significativa (se possível a maioria) daqueles que formam a opinião pública disfrute de independência no que respeita às actividades que lhes proporcionam a subsistência. Até que ponto podem ser válidos hoje em dia tais princípios, quando a maioria trabalha como empregada de vastas organizações, utilizando recursos alheios e actuando em grande medida em virtude de instruções dadas por outros? Não há dúvida que diminuíram as aportações daqueles que trabalham em postos independentes, dado que estes são hoje apenas uma parte bastante reduzida da sociedade e exercem, por isso, uma influência muito menor numa época que, à revelia dos guardiões da história de sentido único, começa a acordar de novo para a necessidade de preservar e mesmo aumentar o número dessa espécie de homens sob pena de marcharmos para uma vida cada vez mais artificial, mais organizada, mais regulamentada, mais legislada.

Aliás, como bem salienta Bruno Leoni, a actual tendência a identificar a lei exclusivamente com a legislação escrita, esquecendo o direito comum, o costume, a convenção, as normas tácitas, a arbitragem privada e os acordos espontâneos entre os indivíduos está a conduzir gradualmente à destruição da liberdade individual. Para conseguir que cada um se comporte como

lhe agrade, na medida do possível, em vez de ser forçado a seguir a vontade dos outros — quer estes sejam tiranos, autocratas ou maiorias despóticas — é preciso restringir a esfera da legislação aos limites definidos pela regra de ouro de não fazer aos outros o que não queremos que nos façam a nós»<sup>11</sup>. É preciso, pois, despertar os povos para os perigos desta tendência para a restrição da liberdade dos indivíduos, estancando este movimento que de forma pacífica estava em vias de conseguir o que antes foi tentado de forma violenta: «Fomos os primeiros a afirmar que conforme a civilização assume formas mais complexas mais tem que restringir-se a liberdade do indivíduo»<sup>12</sup>

### 2. *Ventos de mudança*

Felizmente, hoje em dia começa a tornar-se visível a inversão desta tendência à medida que raios e esferas de acção são reabertos aos indivíduos e corpos intermédios da sociedade civil em pluralismo democrático. Mesmo a Leste os ventos parecem chegar. Gorbatchov, por exemplo, chegou à conclusão que verdadeiras mudanças económicas implicam mudanças políticas e mais democracia. «Os trabalhadores têm de sentir que são senhores nas suas próprias casas», afirmou, no ano passado, durante uma reunião do Comité Central. «E não pode existir um limite máximo para o dinheiro que um honesto trabalhador soviético pode ganhar», acrescentou ainda numa declaração muito impopular entre os veteranos do partido<sup>13</sup>.

Estamos ainda longe de saber o que se poderá passar na URSS. É contudo significativo que o programa do secretário geral do PCUS (anunciado à reunião plenária do Comité Central, em Janeiro de 1987) tenha sido apresentado sob o slogan 'precisamos de democracia como de ar para respirar', pese embora em Fevereiro desse mesmo ano, Gorbatchov se ter visto na necessidade de referir que «algumas pessoas enervam-se e avisam-nos que a democracia se pode tornar um caos», e ainda: «alguns interrogam-se se não nos estaremos a afastar do socialismo»<sup>14</sup>.

<sup>11</sup> B. Leoni—*La libertad y la ley*, Unión Editorial, Madrid, 1974, 11-12.

<sup>12</sup> B. Mussolini, cfr. Hayek *ob. cit.*, 72.

<sup>13</sup> «A batalha política de Gorbatchov» in *Expresso* de 7-5-88, 20.

<sup>14</sup> *Ibidem*.

Há fortes indícios, porém, de que os dirigentes de Leste começaram a não hesitar em reconhecer a necessidade da liberdade política. O acumular de problemas que vai do descalabro económico até à droga e ao crime, não falando na corrupção e alcoolismo, é já demasiado gigantesco para ser escamoteado e a sua resolução exige metodologia e atitudes novas: «Não é possível democratizar o país com métodos totalitários. Gorbachov tem de persuadir os conservadores a fazer o caminho consigo»<sup>15</sup>. Parece haver agora menos dúvida no Ocidente de que a 'transparência' e a 'reestruturação' afirmadas pelos novos reformistas espelham um sentimento da gravidade dos problemas que vai ao encontro das aspirações das massas. Falta saber, contudo, como os homens do 'aparelho burocrático' reagirão às mudanças tidas como urgentes a começar pela alta hierarquia do partido habituada a lugares vitalícios; e mesmo os trabalhadores e os burocratas que perante a necessidade de maior eficácia e mesmo de extinção de empregos podem reagir mal, quanto mais não seja por uma questão de auto-defesa que se pode traduzir, no mínimo, na sabotagem pacífica.

Muito do que se passa na União Soviética pertence ao espírito de uma época que apostou na centralização, uniformização e intervenção estatal como forma de garantir o progresso. É por isso que, salvas as claras diferenças de grau, conforme os países e a sua maior ou menor rigidez, o que se está a passar nos países de Leste é incompreensível sem esta referência aos indivíduos e à sua libertação do peso e males da excessiva centralização. Do mesmo modo as espantosas mudanças que atravessam o mundo ocidental terão também, com as devidas distâncias, que ser apreciadas a esta luz que obrigou os partidos a revalorizar os indivíduos e as liberdades face aos sistemas e aos seus determinismos. O liberalismo ao ser assumido implicitamente quer por partidos que se reclamam do socialismo (Espanha e França) quer pelos partidos conservadores (Reino Unido, Alemanha, EUA, etc.) não só levou os governos eleitos democraticamente a defender políticas de reestruturação e flexibilização como forma de corrigir a rigidez e asfixia impostas e defendidas nas últimas décadas tanto por 'socialistas' como por 'conservadores', como os leva a publicamente tentar escondê-las, explicando-as em

<sup>15</sup> *Ibidem.*

nome do regresso aos velhos ideais. É esta política de 'camaleão', 'pragmatismo' ou adaptação aos novos tempos que entusiasma os candidatos ao poder e irrita e torna mais inflexíveis ainda os guardiões dos templos de ortodoxias maniqueístas que se sentem traídos (e não atraídos) por uma realidade que com a cumplicidade dos preversos, abre a porta aos humanos defeitos das teorias-doutrinas dentro dos templos guardados. E como é natural uns e outros têm os seus seguidores. Daí o ser também sinal dos tempos o aumento da tolerância e a força dos ultra. E quiçá as principais vítimas dos imprevistos da história não sejam os intelectuais que, já habituados aos defeitos das suas teorias, se vêem obrigados a escolher entre teorizar a mudança ou reforçar os hábitos; e como isso é especialmente sentido por tantos intelectuais de esquerda vítimas e servidores das forças históricas que sustentaram o poder dos 'grandes educadores' e que fomentaram o maniqueísmo moderno (esquerda/direita, progressistas/conservadores, etc.).

Cabe ainda referir que apesar de quase não se falar da China, talvez por que lhe falta a capacidade propagandística da URSS, o que se está a passar nessa parte do mundo é possivelmente mais valioso para o Ocidente do que a 'perestroika'. Na verdade, a abertura que se está a dar nas portas da China e que se costuma traduzir por 'Kaifang' está em vias de levar essa República Popular a dar entrada a uma nova era. É que os chineses que tinham ido tão longe no comunismo parecem estar dispostos a ir ainda mais longe na sua revisão. O novo texto recentemente aprovado na Assembleia ou Parlamento de Pequim introduz um ponto substancial que é a legalização do capitalismo nos seus eixos básicos: a propriedade privada e a transmissão de propriedade por herança ou acordo<sup>16</sup>.

### 3. *A liberdade e a lei*

«Parece ser destino da liberdade individual no nosso tempo ser defendida principalmente por economistas mais do que por

<sup>16</sup> Cfr. *ABC*, de 16-4-88. 8. De facto o novo texto diz que a economia privada é um complemento da economia socialista. O que não impede que o complemento possa ser, por exemplo 90% da economia global. O que importa aqui salientar é a passagem a escrito desta alteração a que obrigou o realismo político.

juristas ou cientistas da política»<sup>17</sup>. Estas as palavras com que Bruno Leoni abre o seu já referido livro *A liberdade e a lei*, obra que se bem que exagere os males da legislação, é, como salienta Hayek, «um eficaz antídoto contra a ortodoxia vigente que crê que só a legislação pode ou deve alterar o direito»<sup>18</sup>. De facto, a legislação aparece hoje como um remédio rápido, racional e de longo alcance contra todo o tipo de males ou incomodidades, em comparação com os mecanismos mais espontâneos e naturais antes aceites entre os indivíduos e grupos.

Na verdade, como salienta Leoni, «a crescente importância da legislação em quase todos os sistemas legais do mundo é provavelmente a característica mais notável da nossa era, à parte o progresso tecnológico e científico»<sup>19</sup>. Só que esta inflação legislativa está a pouco e pouco a erodir a iniciativa e a liberdade dos indivíduos e contém em si o perigo da redução da moral à legislação, obrigando por arrastamento a uma espécie de redução da Religião à Moral, não entendendo que o Direito cobre apenas aquela «parte da moral que a Cidade deve fazer cumprir com a ajuda de cárceres e verdugos»<sup>20</sup>. É aliás, nesta linha que vai o pensamento de Álvaro Ribeiro quando escreve: «A regulamentação meticulosa de instituições, costumes e hábitos por vezes proibitiva de espontâneas manifestações de beleza e alegria, transforma-se numa invasão do legítimo foro do mundo popular. Alegar que a vontade de Deus se pronuncia acerca de pormenores que constam das Sagradas Escrituras é organizar uma cascata de subtilezas moralísticas que suscitam justa desconfiança sobre a teologia e provocam inevitavelmente o ateísmo» e referindo-se a Sampaio Bruno acrescenta ainda que: «O autor de *A ideia de Deus* viu claramente o perigo que poderia resultar da reunião da política com a religião na *Síntese Subjectiva* de Augusto Comte. As duas teorias de obediência, fundidas numa só, realizariam, com o recurso de técnicas positivistas o maior despo-

<sup>17</sup> B. Leoni, *ob. cit.*, 7.

<sup>18</sup> F. A. Hayek — *Law, Legislation and Liberty: a new statement of the liberal principles of justice and political economy*, vol. 1 (Rules and order), The University of Chicago Press, Chicago, 1973, 168, nota 35 (correspondente à pág. 88).

<sup>19</sup> B. Leoni, *ob. cit.*, 11.

<sup>20</sup> Raoul Audouin in art. cit., *Ibid.*, 14.

tismo de que sofreria a humanidade. Atemorizava-o sobremaneira a profecia da religião sem Deus»<sup>21</sup>.

Quanto a nós pensamos que é justamente esta confusão entre os diversos planos do humano que vai enfraquecer o desejo do divino. Não é pois de estranhar que a diminuição da prática religiosa vá a par da teorização da dependência em relação ao 'angélico' poder estatal. A fé em Deus, é substituída pela fé no Estado, a segurança na Religião é trocada pela segurança social, a Graça reduzida à Lei. É esta mesma problemática que Álvaro Ribeiro descobre num singular pensador portuense: «A noção de obrigação, e, principalmente, a noção de sanção, sem as quais não vive o pensamento jurídico, repugnaram sempre a Leonardo Coimbra como incompatíveis com o sentido renascente e romântico de exaltação da vida e com o amor segundo os princípios cristãos. Se deixasse de ser anarquista, Leonardo Coimbra teria de se afirmar como um liberal da genealogia mais autêntica»<sup>22</sup>.

Não se trata pois, quanto a nós, de quebrar os laços entre a Moral e o Direito, mas tão só de recusar uma identificação que não só impede a compreensão dos enigmas e Mistério da vida mana como pode tornar perigosamente ilimitado o poder político. Assim se percebe que os anarquistas no tempo da mocidade de Leonardo Coimbra se dissessem, como refere Álvaro Ribeiro, «predominantemente acratas, negadores de qualquer cracia, inclusivé a democracia e a sociocracia»<sup>23</sup>.

Aliás, esta percepção dos perigos da onipotência governamental, democrática ou não, que hoje tem levado os eleitores mesmo do mundo ocidental a desconfiar da concentração de poderes, para além de apoiarem as forças que prometem diminuirlos, está expressa numa publicação juvenil de Leonardo Coimbra, onde escreve: «O direito divino de conduzir os povos não pertence a homens. Deus, pela palavra de consciência, o pode somente fazer». Esta admirável sentença, como diz Álvaro Ribeiro em comentário à citação anterior, «exprime a meditada

<sup>21</sup> Álvaro Ribeiro — *Os Positivistas: Subsídios para a História da Filosofia em Portugal*, Livraria Popular Francisco Franco, Lisboa, 1951, 168.

<sup>22</sup> *Ibid.*, 180.

<sup>23</sup> *Ibidem.*

certeza de que o pessimismo na ordem política seria completado pelo optimismo na ordem religiosa»<sup>24</sup>

### III

#### O ARTIFICIAL E O ESPONTÂNEO

«A propriedade privada converte a areia em ouro. A corrupção converte o ouro em medidas do Governo» — (Arthur Young).

##### 1. Legislação ditada por pessoas empregadas

Quem sabe se as vantagens de que, pelo menos até há pouco tempo, desfrutavam as grandes empresas sobre as pequenas e médias não terão sido consequência de um maior aproveitamento de medidas que visavam tornar mais atractivo o trabalho por conta doutrém? Será que as mesmas pessoas noutras circunstâncias não teriam aspirado a trabalho independente? Inquéritos recentes permitem crer que hoje, em Portugal, mais de metade dos jovens pretendem trabalhar por sua própria conta. Importa, contudo, procurar indagar as razões pelas quais o trabalho por conta alheia acabou por ser não só a ocupação dominante mas a preferida pela maioria da população. Habermas salienta que o emprego passou a pouco e pouco a preencher as aspirações fundamentais dos cidadãos ao garantir um rendimento fixo e seguro de que se pode dispor para gasto imediato; subidas mais ou menos automáticas e reforma para a velhice são, ainda, desejos que passam a preencher as suas aspirações fundamentais. É assim que cada vez mais na sociedade capitalista avançada a dimensão técnica «não só predomina sobre a dimensão institucional comunicativa, mas tende a eliminá-la enquanto tal» reduzindo cada vez mais os problemas humanos a problemas técnicos e alimentando interpretações tecnicistas do homem e da sociedade<sup>25</sup>.

<sup>24</sup> *Ibidem.*

<sup>25</sup> Cfr., Enrique M. Ureña — *La teoria critica de la sociedad de Habermas: la crisis de la sociedad industrializada*, Tecnos, Madrid, 1978, 71.

Assim, do mesmo modo que Leoni, Habermas, apesar de se situar noutra quadrante, acaba por salientar também os perigos da redução da política a uma tarefa técnica que exclui da discussão pública os problemas morais que afectam o sistema político-económico enquanto tal. Habermas diz mesmo que o poder político tende assim a legitimar-se a si próprio através do recurso propagandístico à sua eficiente gestão administrativa do progresso científico e técnico, que é o que permite aos cidadãos disfrutar de níveis de consumo cada vez mais altos, de mais tempo livre e da segurança no emprego»<sup>26</sup>.

É certo que alguns 'velhos do Restelo' vinham anunciando que um dia viria em que não conseguiríamos escapar às consequências de uma filosofia económica e social tão perversa que em nome dos defeitos (imperfeições) da economia de mercado alimentou uma visão angélica do Estado. E esse dia chegou... pondo a nú as consequências de uma filosofia económica e social que, como salienta Henri Lepage, «negligenciando a abordagem do problema das imperfeições da produção pública, conduzia: 1) a justificar mais Estado e mais intervencionismo que o realmente necessário, com a finalidade de aproximar o mercado do seu ponto óptimo 2) a multiplicar o número de bombas de relógio colocadas sob os nossos pés (tal como, actualmente, o problema explosivo da Segurança Social)»<sup>27</sup>.

Por outro lado, a tomada de consciência por parte de estratos cada vez mais alargados da população de que a concepção de poder maioritário ilimitado, que está por detrás do desenvolvimento do Estado-providência, «conduz, na realidade, ao domínio dos grupos de pressão mais bem organizados e mais eficientes na promoção dos seus interesses em detrimento do interesse geral»<sup>28</sup>, levaram os cidadãos que antes tinham voluntariamente votado pelo desenvolvimento de políticas que iam no sentido do reforço da presença do Estado, garante de uma segurança acrescentada, a de novo, voluntariamente (e para muitos incompreensivelmente) votarem agora em sentido oposto. Ingratidão humana? Pragmatismo político? Ou apenas o anúncio

<sup>26</sup> *Ibidem.*

<sup>27</sup> Henri Lepage — *Amanhã o Liberalismo*, tradução do francês de Teresa Cardoso, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1988, 373.

<sup>28</sup> *Ibid.*, 375.

do fim de um estado de coisas que está a obrigar a pôr em causa desse predomínio do sistema político-administrativo sobre o sistema económico e socio-cultural que Habermas analisa em *Legitimations problem im Spatkapitalismus*, obra em que faz uma classificação quadripartida dos tipos de crise do capitalismo avançado (económica, de racionalidade, de legitimação e de motivação)<sup>29</sup>?

Crise que por maioria de razão (e por ironia da história) não poupa os regimes que até há bem pouco tempo se apresentavam como alternativa sólida e modelo das virtudes públicas (contra os vícios privados). Só que a crise não respeita fronteiras ideológicas e está em vias de atingir proporções inimagináveis, justamente naqueles países onde o Estado-todo-poderoso é oficialmente apresentado como um ser mítico e desencarnado, dotado de ubiquidades e de infalibilidade. Só que a realidade iria revelar um retrato do Estado que mais uma vez comprovava «que nos regimes autoritários não existe limite para a exploração das paixões dos homens»<sup>30</sup>. De facto como salienta R. Aron «o desfasamento entre a representação que os homens têm de realidade e a própria realidade»<sup>31</sup>, por um lado, e a desonestidade que inevitavelmente acompanha as alterações políticas (em parte limitada nos seus efeitos pela liberdade existente nas democracias), por outro lado, só por si explicam por que razão «os acontecimentos raramente são controlados pela clarividência dos homens de Estado»<sup>32</sup>.

## 2. Progresso e tradição

Enfim, uma crise que não só provoca o Presente como pretende pôr em causa as ideias feitas sobre o futuro e o progresso e questionar o próprio passado, obrigando a rever não apenas os passos dados mas também a ressuscitar essa coisa que se julgava morta e vive sob o nome de Tradição. Ora, se tudo

<sup>29</sup> Cfr. Enrique M. Ureña, *ob. cit.*, em especial, 111-115.

<sup>30</sup> Raymond Aron — «Aron: a última entrevista» por Jean-Jacques Brochier) in *Democracia e Liberdade*, Revista publicada pelo Instituto Amaro da Costa, Lisboa, n.º 29, 24. Entrevista anteriormente publicada no *Magazine Littéraire* em Setembro de 1983 e também no *Jornal de Letras*.

<sup>31</sup> *Ibid.*, 34.

<sup>32</sup> *Ibid.*, 28.

isto é difícil de aceitar para o intelectual ocidental, assume foros de tragédia para os homens que a Leste dedicaram as suas vidas a fabricar aparelhos cujo objectivo era acelerar os ventos da História, que eles pensavam ter conscientemente domesticado. Mas para onde sopram então esses ventos? Apetece-nos responder, como António José Saraiva o fez sobre o que se passou depois de 'Maio de 68': «Assim como era inimaginável o que se seguiu: a paz ou antes a estagnação no mundo ocidental, paz social e paz entre nações, os governos híbridos social-conservadores como o que neste momento administra a França, a 'perestróika'. Sim, 'tudo era possível' mas o que veio a seguir era imprevisível e inimaginável. Na História acontece como nos filmes de Polanski: nunca se sabe donde parte o tiro seguinte»<sup>33</sup>.

Na verdade, este regresso do imprevisto, mesmo do 'irracional', à Terra, se perturbou todos aqueles que se tinham tornado amantes das novas religiões sociais surgidas à sombra do cientismo do século XIX, mais perturbou o discurso totalizante do marxismo e a sua mística revolucionária levando os profissionais dos partidos da mudança revolucionária (que em nome da necessidade histórica se especializaram em impor aos outros os perigos da linha justa) a entrar em pânico ao aperceberem-se que afinal a utopia científica é apenas mais uma grande mentira histórica<sup>34</sup> cada vez mais difícil de esconder.

<sup>33</sup> António José Saraiva — «Inimaginável antes de acontecer» in *Expresso* de 30-4-1988, 52-R.

<sup>34</sup> Diz Aron, entrevista cit. 33: «A ideologia soviética não é, como o hitlerismo, a aventura de uma pessoa, é um projecto de organização da sociedade que eu considero odioso. É um regime que vive à custa do que eu mais detesto, a mentira. Não é passionalmente que eu afirmo isto, é através da análise científica, é um regime que se apresenta como o poder do proletariado e o proletariado não possui aí nenhuma das liberdades que existem nos regimes capitalistas, é um regime onde o poder pertence à «nomenklatura», ou seja, um regime oligárquico, e que no entanto, se apresenta como a apoteose do regime democrático, é um regime cuja essência fundamental é a mentira.» É aliás interessante referir como apesar de todas as acusações feitas por militantes do PCP à falta de democracia interna, nomeadamente o caso de Zita Seabra o próximo Congresso do Partido Comunista Português que irá decorrer no Porto, nos dias 1 a 4 de Dezembro, é anunciado sob o lema 'Com o PCP, por uma democracia avançada no limiar do século XXI'

É assim que o próprio carácter irreversível dos 'processos revolucionários' começa a ser posto em questão, reabilitando, quem diria, os 'revisionistas' (e reformistas) e pondo em causa inclusive os cativos altos lugares da Nomenklatura. Quem sabe inclusive se esta garantia individual de conservação de um lugar vitalício é a manifestação visível da falta de fé nos resultados do processo? De qualquer forma foi essa insegurança que minou os agora denominados 'conservadores' que permitiu aos 'reformistas' (ou 'liberais', como alguns dizem) romper o dique que protegia a História da agitação das águas que acabaram por invadir as portas do Kremlin e forçar a abertura de novas portas, antes fechadas ao Desconhecido. Contudo são estas 'aberturas' que alimentam os receios de todos aqueles (que são a maioria, que foram educados mais para obedecer às leis da história do que para o trabalho mais difícil, mas também mais gratificante de correr o risco pessoalíssimo de interpretar continuamente os sinais dos tempos, introjectando o passado, objectivando o presente e projectando o futuro. Infelizmente a incapacidade de perceber que não há 'novo' sem 'velho', mudança sem continuidade, está por detrás de muitas falsas dicotomias entre Progresso e Tradição. Como se o respeito pelo passado não fosse a melhor forma de enfrentar os desafios do futuro e a abertura à Novidade a melhor forma de aperfeiçoar a Tradição. É o Imprevisto, o Desconhecido que mantém dentro de limites humanos o racionalismo construtivista, o que não impede o homem de programar o futuro e de se encantar com esse acaso que sempre acompanha a liberdade. É o medo ao desconhecido, à novidade, ao imprevisto que está na raiz de muitos dos movimentos conservadores que, tanto à esquerda como à direita, estão a irromper com alguma força, incapazes de perceber que o futuro não é a conformidade aos planos obrigatórios da Razão (como querem os progressistas) nem muito menos um mimetismo do passado (como pretendem os tradicionalistas).

É este equilíbrio entre 'progressismo' e 'conservadorismo' que se torna difícil de reabilitar depois de tantas décadas marcadas por um espírito que mais que a complementaridade privilegiou a oposição. É por isso que mais do que combater as políticas se torna necessário combater as ideias que fizeram época e criaram antagonismos demasiado artificiais para serem realmente humanos. Só que mudar de ideias é pior que mudar de

casa. Ora, quando a profundidade da actual crise nos obriga a mudar de vida e mesmo a mudar a visão do mundo que a pouco e pouco fomos enraizando e nos permitia ler os acontecimentos, então compreendemos as dificuldades por que estão a passar tantos trabalhadores e intelectuais que dedicaram toda uma vida a construir espaços ideológicos e que agora não conseguem compreender porque têm que sair da sua 'construção' e enfrentar uma realidade que supõe novos valores, pressupõe novas atitudes e acima de tudo os obriga a submeter-se a normas que subordinam o 'jogo' — mas não garantem o resultado, obrigando cada equipa e cada um dos seus elementos a continuamente lutar, de forma limpa por resultados que garantem uma boa prestação.

Ora, é esta submissão do arbítrio dos funcionários e seus interesses às regras e aos imprevistos do desafio, esta substituição da secretaria pelo terreno de jogo, do adquirido pelo conquistado, que irrita todos aqueles que, habituados à verdade de gabinete, se sentem agora excessivamente sujeitos à opinião pública, ao senso comum, ao direito comum, recusando aceitar que o direito volte a situar-se no terreno do opinável, do provável. Nuno da Silva frisa, com acerto, que «a filosofia dos tempos modernos irá, decididamente, voltar as costas ao conhecimento provável. A razão em todos os campos será o árbitro único. Deixa de ter sentido a distinção entre *scientia* e *opinio*, entre verdade e probabilidade. Dir-se-á, mesmo, que, nas causas difíceis e duvidosas, é mais normal que a verdade seja atingida por um só, do que por muitos. Galileu e Descartes acentuarão esse ponto de vista, que certo sector da filosofia moral irá receber<sup>85</sup>.» É assim que de uma autoridade que no melhor espírito medieval condicionava a razão se passa para uma autoridade subordinada à razão. Os despotismos iluminados (ou esclarecidos) nas suas versões mais ou menos totalitárias são pois filhos queridos da aliança entre a autoridade e a razão. O virar da página que os reformadores sociais prometiam não seria fruto de filósofos-reis como queria Platão mas de reis-filósofos, o pluralismo de fontes do poder e do direito estaria em vias de, no melhor dos casos, se transformar numa divisão do poder único

<sup>85</sup> Nuno J. Espinosa Gomes da Silva — *História do Direito Português*, vol. I (fontes do direito), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1985, 267-268.

de uma Razão em relação à qual, daí para diante, «tudo terá de justificar a sua existência»<sup>36</sup>.

O que hoje se passa desde a política à economia, desde a arquitectura à moral, desde a música à religião, é apenas a redescoberta de que os avós não eram tão pouco inteligentes e tão pouco honestos como os pais tinham propagandeado. É por isso que o que ...se está a passar hoje em dia é o regresso (de novo aplaudido e assobiado, mas esperado) da profundidade e valor das nossas tradições, do nosso passado. É, aliás, interessante salientar como hoje muitos dos intelectuais progressistas se especializaram, e bem, a defender o património cultural. (Os arquitectos progressistas estão depois do incêndio no Chiado na primeira linha do respeito pelo passado).

Aquilo, pois, que para muitos não passa de um recuo histórico, um regresso das forças do mal é apenas, parafraseando Pascal, a constatação de que o coração da História tem razões que a Razão desconhece. Não há dúvida que como refere ainda Nuno da Silva: «Na Idade Média, em algumas ocasiões, o argumento de *autoridade*, o silogismo dialéctico, invadira, abusivamente, o campo das ciências físicas, próprio do silogismo científico ou demonstrativo; agora, nos tempos modernos, esquecer-se-á a distinção entre *scientiae opinio* e vai pretender-se que a *demonstratio* é aplicável a todos os ramos do conhecimento»<sup>37</sup>. De facto um exagero arrasta sempre outro... Mas, surpreendentemente, seriam os homens da ciência a ressaltar o erro. A substituição da verificação pela afirmação, do mais verdadeiro pelo menos improvável, a redescoberta de 'núcleos duros' e da comunidade científica como elementos da 'objectividade' devidas entre outros a Popper, Lakatos e Kuhn são sintomas claros que a verdade científica não pretende dispensar a opinião.

### 3. O eu, o tu e o nós

É paradoxalmente entre os estudiosos das ciências humanas e sociais que o que alguns chamam racionalismo ingénuo, racionalismo construtivista ou mesmo engenharia social resiste a

<sup>36</sup> Frederico Engels — *Anti-Duhring*, tradução do alemão de Isabel Hub Faria e Teresa Adão, edições Afrodite, Lisboa, 1974, 33.

<sup>37</sup> Nuno J. Espinosa Gomes da Silva, *ob. cit.*, 268-269.

aceitar que a realidade não é um 'objecto' ao serviço da razão e/ou da vontade. No que se refere ao Direito diz M. Cattaneo que o iluminismo jurídico se caracteriza por dois elementos fundamentais «por uma atitude racionalista em relação ao direito natural, e por uma atitude voluntarista, em relação ao direito positivo», isto é, «o direito deve resultar de uma vontade ao serviço da razão»<sup>38</sup>. Uma razão iluminada que, não se esqueça, bem servida tudo iria encaminhar para fins justos.

É esta razão impaciente que muitas vezes com a melhor das intenções multiplica as injustiças e as arbitrariedades que afirmava combater. Isto com a agravante de as boas intenções permitirem ao poder recusar as críticas e encarcerar os críticos. É este primado dos fins sobre os meios que multiplica os atropelos e surpreendentemente exige mais concentração de poder e intervenções arbitrárias como forma de corrigir as injustiças.

A liberdade aparece, pois, tanto ao político como ao intelectual inspirados pelo racionalismo construtivista, como algo que tem que ser restringido; uma legislação limitadora da criatividade e iniciativa individuais acaba por vir ao encontro de todos aqueles que aspiram a moldar a sociedade como se cada um dos seus membros o fosse no mesmo sentido que um braço é parte e membro do corpo quando as coisas se passam de outro modo. Como refere Paulo Durão: «A sociedade não é uma realidade substancial como qualquer organismo biológico; é uma realidade que pertence à categoria da relação e não da substância. Essa realidade de relação consiste em que os termos relacionados existem, não só em si mesmos, mas também ordenados uns para os outros em vista dum fim comum a conseguir»; e acrescenta ainda: «Esta recíproca relação não constitui, evidentemente, a substância dos termos relacionados; pressupõe-na. O <eu> e o <tu> são anteriores ao <nós>. Portanto, os membros da sociedade têm certamente manifestações de vida ao nível social; mas, anteriormente a estas, há neles igualmente manifestações de vida ao nível individual, isto é, com relativa autonomia. E se não, como poderia despertar em cada um deles o conhecimento dum bem comum e a vontade de o conseguir em colaboração

<sup>38</sup> Citado por *Ibid.*, 264.

com os outros?»<sup>39</sup> É contudo esta confusão entre membro e parte no sentido biológico e membro e parte ao nível da vida social que facilita atracção por ideologias e políticas económicas que prometem ir directamente ao <nós> restringindo ou mesmo passando por cima do <eu> e do <tu>.

É aqui que encontra apoio e inspiração a complementaridade entre os apoiantes do intervencionismo económico e os adeptos da legislação, os quais multiplicando medidas e leis, controlos e arbitrariedades artificiais vão a pouco e pouco destruindo não apenas os mecanismos espontâneos mas os próprios grupos naturais (a começar pela família) que se interpõem entre o Estado e o indivíduo. É em grande medida o acentuar desta visão da economia e do direito como ordens baseadas em ameaças que não só foi atrofiando os mecanismos espontâneos de criação de ordem como serviu de justificação para novas e urgentes medidas económicas e legislativas fomentadoras da decadência da lei.

É por isso que quando muitos, hoje, interpretam as críticas e as desconfianças perante o intervencionismo económico e mesmo o Direito escrito como um regresso ao passado, não deixam de ter razão no que dizem, embora normalmente o digam no sentido inverso do verdadeiro, pois trata-se mais de uma procura de equilíbrio para prosseguir a marcha do que um recuo. «Actualmente as populações não sentem um tão vivo apego ao Direito, porque não é por elas criado; compreende-se, porém, que quando esse Direito é criação directa dos povos, ele passa a constituir algo que, cuidadosamente, se procura preservar»<sup>40</sup>.

Cuidado, contemporâneos, não é a história que está a recuar é apenas um caso cientificamente normal de teorias que estão ultrapassadas, por muito que isso custe a todos aqueles que se esqueceram que não são os factos que tem que respeitar a teoria mas o contrário. Por muito que isso custe a quem, às vezes com muito sacrifício pessoal, foi educado (economista, jurista, político... e, antes de todos, o cidadão comum) numa visão em que as 'sanções' são o motivo normal para a obediência e é-lhe por isso difícil percebê-las como «uma *garantia* de que

<sup>39</sup> Paulo Durão — *Indivíduo e Pessoa: pseudo-solução de um problema real*, in *Revista Portuguesa de Filosofia* 25 (1969) 348.

<sup>40</sup> Nuno J. E. Gomes da Silva, *ob. cit.*, 114.

os que obedeceriam voluntariamente não seriam sacrificados aos que não obedeceriam. Obedecer, sem isto, seria arriscar-se a ser posto contra a parede. Dado este perigo constante, o que a razão pede é a cooperação *voluntária* num sistema *coercivo*»<sup>41</sup>. De qualquer forma estamos certos que apesar das dificuldades que qualquer mudança sempre acarreta cada um de nós encontra forma, saber e humildade para compreender mais uma vez que a realidade é um constante surto de Novidade, ou dito de modo mais popular: Deus escreve direito por linhas tortas, embora o homem tenha que escrever torto por linhas direitas.

#### IV

#### REALISMO ECONÓMICO OU OPORTUNISMO POLÍTICO?

É possível imaginar uma tragédia maior do que a que se produz quando nos esforçamos por construir o nosso futuro de acordo com uns ideais elevados, e produzimos involuntariamente o contrário do que desejamos obter com a nossa luta? (F. A. Hayek).

##### 1. *Realismo económico e baixa humana*

Raymond Aron na entrevista já anteriormente citada refere três casos paradigmáticos, respeitantes a homens políticos eminentemente respeitáveis, que servem para ilustrar as dificuldades em aceitar e em adequar o pensamento e política económica às novas realidades sociais.

Um deles é Miterrand «que durante anos, enquanto estava na oposição, repetiu que as nossas dificuldades económicas eram mais imputáveis aos erros do governo do que à crise mundial. Que a crise servia de alibi ao governo conservador. Em função desta interpretação, na qual ele acreditava talvez em metade, fez durante o primeiro ano dos sete do seu mandato o contrário daquilo que era necessário fazer. E de há um ano para cá não

<sup>41</sup> Herbert L. A. Hart — *O Conceito de Direito*, tradução de A. Ribeiro Mendes, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1986, 214.

pára de repetir, sejam quais forem as circunstâncias: a culpa é da crise mundial»<sup>42</sup>. Compreende-se, ou pelo menos pode-se fazer uma ideia de quanto terá custado a Miterrand ter de encarar a brutalidade do mundo económico e ensaiar uma reviravolta de 180 graus e instalar o rigor económico, assumindo a reestruturação de amplos sectores da actividade económica, nomeadamente industriais, que no passado cresceram e se mantiveram à custa de subsídios artificiais, o que acarretou a perda de milhares de postos de trabalho. Quanto terá custado a Miterrand este renegar da mitologia das nacionalizações e das políticas de relançamento da procura interna (com os consequentes aumentos da dívida externa e as constantes desvalorizações do franco) e abraçar uma política que saiba iria acarretar a incompreensão do seu eleitorado e mais tarde, como aconteceu na altura, facilitar a vitória dos conservadores nas legislativas. Será, aliás, interessante salientar que foi provavelmente, por paradoxal que pareça, esta coragem (e/ou intuição) política que lhe garantiu a recente reeleição, tendo como primeiro-ministro um dos principais críticos desse seu já referido primeiro ano de governo. O caso da política económica de Ernâni Lopes no último governo de Mário Soares e o que depois aconteceu apresentaria ainda semelhanças mais notórias não fosse o caso de Cacavo não ser Chirac.

Os exemplos poderiam multiplicar-se. Bastará contudo deixar umas tantas interrogações. Quanto irá custar aos trabalhadores e funcionários soviéticos entender a perda dos seus empregos (só por integração de Ministérios começaram logo por se extinguir 60 000)? E aos trabalhadores espanhóis a política laboral de Felipe González, que praticamente já o levou à incomunicação com os sindicalistas do seu próprio partido? Quanto custará aos trabalhadores comunistas portugueses explicar (o que fazem facilmente a nível nacional) as greves, reivindicações e outras contestações feitas por polacos e outros trabalhadores do leste europeu? E como foi difícil na altura os trabalhadores socialistas compreenderem a política económica do último governo de Mário Soares? Ou aos sindicalistas do actual partido governamental defenderem, ou mesmo aceitarem, o chamado 'pacote laboral'?

<sup>42</sup> A. Aron in entrevista cit., 23.

É certo, e muitos estarão de acordo, que a esmagadora maioria das dificuldades da actual situação foi multiplicada por políticas irrealistas, ou pelo menos insensatas, quase sempre apoiadas em mitologias ideológicas. Por outro lado, a necessidade de ganhar as próximas eleições acabava por aconselhar o adiamento de sacrifícios que se mostravam necessários e urgentes. Foi assim que durante décadas políticos conservadores e socialistas foram ganhando eleições sem questionar o principal factor de vitória que se traduzia em ir escondendo a realidade com o crescimento do Estado.

Ora, como diz o povo 'não há bem que sempre dure, nem mal que não acabe'. E chega uma altura em que a realidade nos encosta à parede e somos obrigados a ceder. É duro, sem dúvida. É baixo, acrescentam aqueles que sempre confundiram a aceitação da realidade com cedências perante uma ditadura, os factos com polícia política. E mesmo intelectuais bem formados que não fazem estas confusões não deixam de dizer que essa cedência à realidade económica é sinónimo de baixaza. Mas o que será mais elevado: reconhecer os erros e mudar de vida ou continuar a embalar as pessoas com demagogia, deixando as pessoas entregues à mentira? Aliás, também aqui parece haver um regresso ao passado, e podemos dizer que, embora em política nem sempre seja fácil estabelecer relação entre o semear de ventos e o levantar de tempestades, começa a adivinhar-se que o cidadão comum está disposto a aceitar e a premiar aqueles que dizem as verdades que ele há muito vinha sentindo. É que não é preciso ser-se economista para perceber que um país, uma pessoa ou uma família não podem viver eternamente acima das suas possibilidades que uma empresa não pode ano após ano continuar a produzir produtos que ninguém compra ou é obrigado a comprar mais caro. Situações deste género só se podem manter se outros países, outros membros da família, os contribuintes ou os consumidores voluntariamente ou obrigados aguentarem esta situação. Situação que a pouco e pouco se tornará insustentável dado que viver à custa dos outros é um desejo sem fronteiras de quaisquer espécie. E não se espere que eu acrescente infelizmente... São, de facto, infelizmente conceitos errados da natureza humana que estão por detrás de muitas falsas dicotomias, e uma delas é entre egoísmo e altruísmo. Seria muito mais

realista partir do pressuposto que no homem tanto o altruísmo como o egoísmo são limitados, e intermitentes no seu âmbito <sup>48</sup>.

## 2. A divinização do Estado

O que é interessante salientar é que por detrás da mitologia da benevolência do Estado, democrático ou não, mas sempre desejoso de poder ilimitado para perseguir os fins justos, está como Hayek não se tem cansado de dizer, um *fatal conceit*. De facto, o que está em causa é o perceber que a acumulação de erros e de situações insustentáveis, mais do que meros erros de política económica resultantes da concentração do poder de errar nas mãos de um conjunto de pessoas sempre interessadas em esconder esses erros por forma a ganharem mais umas eleições ou reforçarem a Nomenclatura, tem a sua fonte numa visão angélica do Estado.

É por isso compreensível que, descoberto o logro, à crença num Estado-Protector ou Estado-Providência, num Estado-todo-poderoso ou divinizado se seguisse a desconfiança e a descrença. E no Ocidente onde a idolatria, em geral, sempre esteve contida pela aceitação de algumas das regras básicas da economia de mercado, foi mais fácil ao cidadão comum fazer miríades de constatações chocantes. Reparar por exemplo como o transporte privado esperava por mais um cliente e como o transporte público avançava rápido para não ter que meter mais um 'chato' que acabava de chegar à paragem; começar a dar-se conta de que o facto das perdas dessas empresas públicas estarem sempre cobertas e os empregos garantidos talvez judasse a explicar tanta arrogância e leviandade; constatar nos seus locais de trabalho que os cerca de 5 milhões de dias de baixa por ano (tendo este número, no presente ano, aumentado cerca de 20%, segundo o Secretário da Segurança Social) eram em grande medida provocados por leis que embora pretendessem apoiar o doente, serviam para

<sup>48</sup> Para um maior desenvolvimento cfr. Herbert L. A. Hart. *ob. cit.*, 212. E também K. Popper in *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos* tomo I, tradução do inglês de Milton Amado, Editora Italiana Limitada, S. Paulo, 1987, 114-121. E em especial o artigo de F. A. Hayek «Individualism: True and False» incluído na sua obra *Individualism and Economic Order*, The University of Chicago Press Chicago, 1948 1-32.

incentivar a baixa fraudulenta paga pela ainda imensa maioria de 'parvos' que continuam a trabalhar. Só que, parece, cada vez mais trabalhadores começam agora a estar dispostos a questionar se isto será Segurança Social — o que preocupa os sindicatos e mesmo outras instâncias públicas que anunciam a diminuição da solidariedade social. E é espantoso como muitas vezes membros dessa instituição perita em solidariedade, que é a Igreja Católica, são 'vítimas' deste processo de estatização dos serviços sociais. O que os torna não só incapazes de ler alguns dos 'sinais dos tempos' como os impediu de denunciar com clareza os perigos a que podia conduzir a identificação entre forma histórica de solidariedade e a Solidariedade <sup>44</sup>.

Como quer que seja, julgo que os exemplos acima, entre muitos dos que se poderiam retirar do dia a dia do cidadão português, ajudam a contextualizar essa tendência que começa a ganhar forma e que a meu ver se traduz numa substituição de

<sup>44</sup> Um exemplo significativo do peso da concepção estatizante da solidariedade é a sua predominância mesmo em meios em que a presença da Igreja é dominante, como o testemunhou o encontro das 'Instituições Particulares de Solidariedade Social de todo o País' que teve lugar no passado mês de Novembro no Porto (cfr. *Voz Portucalense*, de 10-11-88). O não perceber que a crise do estado-providência está organicamente ligada com a crise do modelo social-democrata tradicional obriga mesmo aqueles que são responsáveis por todas essas instituições que, apesar de tudo, resistiram à laicização e à tendência para substituir a incerteza da providência religiosa pela certeza da providência estatal, a pensar *pontualmente* o que urge pensar *globalmente*. Um campo em que a boa vontade terá de ser equiparada com o avivar da história e dos princípios que animaram essas instituições, sob pena de se continuar a alimentar a confusão entre a caridade cristã e a obrigação da sã previdência com as desmedidas pretensões dessa última versão do Estado laico que é o Estado-Providência. Ou será que aqueles que em melhor situação estão para *reencaixar a solidariedade na sociedade*, para usar uma expressão que Pierre Rosanvallon (ver o seu interessante livro *A crise do Estado Providência*, ed. Inquérito), apenas aspiram a encaixarem-se, melhor ou pior, com mais ou menos autonomia, com mais ou menos liberdades nos buracos da crise aberta por uma concepção de segurança social, que por ironia do destino, logo nos seus inícios foi tão criticada embora por razões opostas, pela economia política cristã e pela economia política marxista. Um trabalho interessante de um ponto de vista sociológico, seria verificar a relação, em cada Dicoese, p. ex., entre o número de pessoas independentes e o número de Instituições Particulares de Solidariedade Social.

uma política de *peçoal* por uma política para *peçoas* que estão dispostas a chamar a si as escolhas e os riscos constitutivos do ser humano. A diminuição das responsabilidades do Estado é apenas sinónimo do aumento das da sociedade civil. O questionar da solidariedade burocrática é apenas sinónimo da redescoberta de solidariedades concretas e de busca de solidariedades novas e mais humanas. As pessoas preferem chamar a si a liberdade de decidir que e os riscos e a responsabilidade daí decorrentes.

Percebe-se então que às forças que apostavam no alargamento do Estado se sobreponham agora as da sua redução. O dar conta que os servidores do Estado não se comportavam como anjos, levou as pessoas a uma visão diabólica do mesmo. Um exagero arrasta outro. Mas quem sabe se estaremos agora em condições de perceber que não apenas o homem mas também o Estado é meio anjo e meio diabo e isso ajude a encontrar uma postura mais realista. Mesmo no Ocidente urge deixar de assimilar liberdade e democracia a poder parlamentar ilimitado e regressar 'a uma mais saudável concepção do Estado legislativo limitado por regras de direito'. Só subordinando não apenas os indivíduos mas também o Estado a regras comuns se criará um verdadeiro Estado de Direito em que a competição entre as diversas formas de competência nos diversos campos do humano (assistência social, educação, entre outros) minorará os erros dos 'iluminados' e alargará as verdades comuns.

Só assim se poderá encontrar, globalmente e em cada campo, um maior equilíbrio entre a lógica dos sistemas e a lógica do indivíduo, acreditando mais nas «auto-regulações na vida social que conduzem a formas sucessivas de ordem»<sup>45</sup> do que no exercício do poder de jurisdição, forma normal de radicação e consolidação dos sistemas. De facto, como bem salienta Teixeira Fernandes, embora se possa dizer «que tanto os sistemas como os indivíduos, à medidas que vão 'envelhecendo' tendem a defender mais o conteúdo do que a percorrer novos caminhos. É a coerência do adquirido que oferece resistência à aceitação do novo. Poderá até admitir-se que os sistemas se alimentam de liberdades. Eles crescem na mesma proporção em que anulam as liberdades»<sup>46</sup>. Ou como refere ainda o mesmo

<sup>45</sup> A. Teixeira Fernandes — *Sociologia e Sócio-lógica: sobre o fim do meta-social*, Brasília Editora, Porto, 1985, 90.

<sup>46</sup> *Ibidem*.

sociólogo: «Na medida em que os sistemas tendem a diminuir a margem de imprevisibilidade e, por isso, mais rigidamente aparecem estruturados, menos permitem no seu seio homens livres. É o que acontece não raro, por exemplo, com as famílias, os partidos ou as Igrejas». E acrescenta mais adiante: «Não é por acaso que à medida que as Igrejas se desenvolvem e se transformam em sistema, cresce igualmente o exercício do poder de jurisdição sobre o poder de ordem. A tendência será para viver sob forma ritual os acontecimentos que marcaram a experiência imeira da religião»<sup>47</sup>.

### 3. O Vaticano II e a reabilitação do espontâneo

E já agora permitam-me abrir um parêntesis para salientar duas coisas. A primeira é que é com espanto que se regista a surpreendente juventude que a Igreja Católica revelou ao ser capaz de se aperceber e antecipar essa tendência para a ordem criada sobre a ordem imposta. Na verdade, julgo que um dos traços característicos do Vaticano II está na reabilitação do espontâneo próprio das primeiras comunidades cristãs, com expressões nomeadamente a nível pastoral e do direito canónico.

A segunda é para salientar que não poucas vezes se vêem teólogos e responsáveis pastorais, nas mais diversas regiões do mundo, defenderem (e quase sempre bem) em nome dessa tendência uma maior liberdade e uma menor jurisdição por parte de Roma (entendida como poder central) e ao mesmo tempo, ingénuo ou conscientemente, a nível político, mas muito mais a nível económico, mostrarem simpatia e mesmo fomentarem a crença na eficácia de tudo quanto significa controle, regulamentação, centralização (viram os problemas que dava a teimosia em centralizar o Passeio da Comunidade Paroquial. E não insistiram mais. Mas continuam a pensar que os grandes e contínuos passeios da comunidade nacional serão tanto melhores quanto mais controlados, regulamentados e centralizados). Uma concepção de liberdade inexplicavelmente compartimentada: boa para escolher presidentes e quem sabe bispos, mas má para escolher sabonetes ou sapatos. Sem dúvida. Mas acima de tudo na falsa dicotomia entre individualismo e socialismo e as subtis

<sup>47</sup> *Ibid.*, 88.

distinções entre liberalismo económico e político (e pelos vistos agora também religioso) tão características da cultura francesa. Não fosse isso e ser-lhes-ia fácil cair na conta de que o individualismo e o socialismo longe de se oporem coexistem e necessitam-se. O caso extremo dos países de Leste em que o culto da personalidade é uma constante histórico-social deveria servir de prova real (É aliás interessantamente verificar que mesmo Gorbatchov precisa de reforçar o carisma e concentrar e alargar ainda mais os seus poderes, aceitando assim jogar perversamente com as regras do regime para o poder mudar. Pelos vistos o tempo não mudou... Aguardemos, contudo, que mude o sistema).

Infelizmente a interpretação 'francesa' (ou racionalista) do liberalismo (e do individualismo) que está por detrás das falsas concepções de Liberdade (o famoso *laissez-faire*) e ingénuas concepções de Progresso (como o contrário da Tradição) acabou por ser a dominante no Continente e continua a carregar o presente de preconceitos que se não impedem a realidade de irradiar 'novos sinais' não facilitam a sua leitura e prejudicam o encontro de soluções equilibradas, embora sempre contingentes, em muitos campos do humano.

## V

### ESTADO-ARBITRO VERSUS ESTADO-'BATOTEIRO'

Hoje as atribuições e poderes do Estado cresceram até ao fastígio. Significará isto uma redução correspondente da liberdade ou independência da sociedade? Significará isto uma «colonização» da Sociedade pelo Estado, como também se diz.—  
(*J. Baptista Machado*).

#### 1. Os perigos da segurança

Nem sempre somos capazes de descortinar o mundo novo que pode resultar do facto de as pessoas parecerem estar agora em condições de aceitar tomar em mãos o seu próprio destino; de preferir os riscos da liberdade aos perigos da segurança do Estado colocado acima das leis ou pelo menos com a possibilidade de as manipular. E, enfim, antes de mais a redescoberta de que o mal é inerente à natureza humana e a valoriza. Porque um optimismo realista é aquele que aceita aquela dose de pessi-

mismo humanamente necessária. É isto que leva Schopenhauer a afirmar que «assim como o nosso corpo rebentaria, se não estivesse sujeito à pressão da atmosfera, do mesmo modo se o peso da miséria, do desgosto, dos revezes e dos vãos esforços fosse banido da vida do homem, o excesso da sua arrogância seria tão desmedido, que o faria em bocados ou pelo menos o conduziria à insânia mais desordenada e até à loucura furiosa». E acrescenta ainda o mesmo pensador: «Em todo o tempo, cada um precisa ter um certo número de cuidados, de dores ou de miséria, do mesmo modo que o navio carece de lastro para se manter em equilíbrio e andar direito»<sup>48</sup>.

Contudo só a pouco e pouco os adeptos de um Estado cada vez mais alargado foram não apenas dando conta dos custos cada vez maiores para sustentar a benevolência do Monstro (Leviatã) que exigia cada vez mais vítimas, mas essencialmente começaram a cair na conta de que era uma ideia irrealista da natureza humana que alimentava a miragem de segurança que fazia crescer o Estado e alimentava a ideologia da falsa segurança, fonte onde bebem os propagadores dos regimes totalitários.

O paraíso na terra garantido cientificamente pelo materialismo dialéctico é apenas a versão 'científica' que a coberto do 'social' dá livre curso a instintos individuais, organizados com base em egoísmos de classe, raça, ou mesmo 'tribo', dirigidos pelos chefes das ditaduras iluminó-positivistas.

«A religião é, para Sampaio Bruno, a própria condição humana que na filosofia vai adquirindo consciência, e deste pensamento se refuta o extremo individualismo divulgado pelas doutrinas iluministas. A religião não habita nas trevas da ignorância, que a ciência vai sempre dissipando, nem é solidária das injustiças sociais, que a política vai pouco a pouco anulando»<sup>49</sup>. Estas palavras de Álvaro Rbeiro são seguidas de uma citação de Sampaio Bruno, esse pensador português cuja excessiva preocupação em não confundir o poder da Igreja com o seu saber<sup>50</sup>, por um lado, e

<sup>48</sup> Artur Schopenhauer — *Dores do Mundo*, tradução prefaciada por Albino Forjaz Sampaio, Editores Santos & Vieira, Lisboa, 1918, 30.

<sup>49</sup> Álvaro Ribeiro, *ob. cit.*, 151.

<sup>50</sup> Para um maior esclarecimento sobre esta confusão entre o *saber da Igreja* e o seu *poder* ver Pinharanda Gomes — *Teodiceia Portuguesa Contemporânea*, Livraria Sampedro Editores, Lisboa, 1974, 67-68.

em unir a razão à vida (contra as teodiceias de Voltaire e Proudhon), por outro, o levou a um teísmo racionalista (sinal do tempo), prisioneiro de uma ideia de Deus pensada a partir do mal. Quiçá este excesso de mal sirva de denúncia profética das utopias (científicas ou não) do mito do bom selvagem que está por detrás também do marxismo ao acreditar que os males humanos são produto das estruturas sociais tradicionais (nomeadamente religiosas) e que a simples mudança das mesmas criaria um homem novo. Foi a crença neste 'humanismo' que se tornou decisiva para aguentar as vagas de intelectuais que ingénua ou conscientemente ajudaram a multiplicar os casamentos entre o livre-pensamento e o despotismo. E tivemos que esperar por este fim de milénio para que a multiplicação dos horrores e arbitrariedades se tornasse impossível de esconder e o divórcio entre o mundo intelectual e o universo dos totalitarismos tornasse mais nítidas as implicações entre o 'livre-pensamento' e a natureza dos despotismos mais ou menos esclarecidos.

Hoje de novo o cidadão aprendeu à sua própria custa que querer construir o céu na terra é meio caminho andado para construir o inferno. São por isso avisadas e sabiamente humanas as palavras de Bruno que agora sem mais passamos a transcrever: «Se o livre-pensamento conseguisse fazer desaparecer da terra a desigualdade económica, a distinção de pobres e ricos, as angústias da miséria, — poderia conjecturar que desaparecesse a religião, se não ficassem na terra o mal natural, as enfermidades e o sofrimento, e o mal moral, as dúvidas e os zelos, as tristezas sem remissão e os remorsos que nada mitiga. Estas seriam outras tantas janelas entreabertas à suscitação religiosa, se de todo a porta não lha escancarasse a Morte»<sup>51</sup>.

É por isso que me atrevo a dizer que o realismo ou o que outros chamam o pragmatismo que invadiu os nossos dias é apenas o resultado natural do desmoronar dessa crença abstratamente selvagem, numa liberdade falsamente mais humana. O 'realismo' que invadiu dirigentes tão experimentados como Mitterrand, Soares e mesmo González, ou os reformadores do Leste e do Oriente participa pois de uma viragem do século que alguns já chamaram o fim das ideologias utópicas, pese embora a alte-

<sup>51</sup> Alvaro Ribeiro, *ob. cit.*, 171-172.

ração que quanto a mim não está tanto nos ideais últimos como nos meios para os atingir.

## 2. O arrefecer da ideologia

É no fundo o arrefecer das ideologias que sobrevalorizam as explicações ligadas a um positivismo enlaçado com factores de índole económico-social (economicismos e sociologismos) que desvalorizam o poder criativo dos indivíduos e o dinamismo das organizações voluntárias, entregando ao aparelho político-administrativo a responsabilidade de velar pelo nosso futuro. O esgotamento de uma doutrina política que durante décadas tinha encontrado eco em todos aqueles que pretendendo ver-se livres das responsabilidades da vida e «de uma maneira inteiramente natural crêem que a desgraça económica quando aparece como resultado de faltas ou fracassos da organização que os empregou, é culpa evidente dos outros, mas da qual eles estão isentos. Em consequência não é de estranhar que tais pessoas desejem ver erguido um superior poder tutelar que vigie aquela actividade directiva cuja natureza não chegam a entender mas da qual a subsistência depende»<sup>52</sup>.

Poder tutelar que foi seguido e cresceu com base na ideia de que a sua intervenção visava corrigir as imperfeições do mercado. E está a desmoronar-se com base noutra ideia muito simples: que afinal o mercado político é ainda mais imperfeito que o mercado económico. «Dizer que o mercado é imperfeito é uma afirmação de La Palisse. Todavia, as teorias tradicionais de bem-estar, que servem de justificação e conferem legitimidade às economias mistas contemporâneas, têm um grave defeito: implicam uma visão assimétrica e totalmente injustificada da realidade. Confiando ao Estado o cuidado de intervir a fim de rectificar os defeitos do mercado, elas partem implicitamente, com efeito, da ideia de que basta apelar para o Estado para que, intervindo este, o resultado seja necessariamente melhor que aquele que o mercado — ainda que imperfeito — teria permitido obter na ausência dessa intervenção»<sup>53</sup>.

<sup>52</sup> F. A. Hayk — *The Constitution of Liberty*, Routledge & Kegan Paul, London, 1960, 123.

<sup>53</sup> Henri Lepage, *ob. cit.*, 372.

A persistência de maus resultados leva, contudo, cada vez mais economistas a explicar o comportamento da economia com base não apenas no egoísmo dos plutocratas, mas também em decisões erradas de burocratas, cujas intervenções são responsáveis por muitos dos males para os quais posteriormente se pede solução que exigem novas intervenções. Intervenções essas que, por sua vez, exigem novas decisões, as quais irão ser tomadas pelos mesmos seres humanos, que como cada um de nós, está sujeito a enganar-se, e também à teia de interesses que sempre rodeia e corrompe o poder político.

É neste Estado intervencionista que se foi especializando em fazer batota por forma a obter os bons resultados esperados, que facilitou a corrupção e multiplicou as consequências anti-dinâmicas do aparelho estatal, que o cidadão deixou de acreditar. É assim que cada vez mais, mesmo nos países ocidentais, os eleitores se preocupam em evitar que o poder político caia apenas num aparelho partidário. As votações contraditórias entre as maiorias presidenciais e legislativas mostram que o cidadão descobriu uma velha fórmula para se defender dos abusos dos homens políticos sempre desejosos de mais poder: dividir para reinar.

É o fim duma concepção de classe política concebida ao modo dos pequenos deuses gregos, obrigando os políticos contrafeitos a questionar-se e a acomodar-se a limites mais estreitos e consentâneos com o estrito interesse público, pese embora a reacção conservadora de todos aqueles que vêem diminuído um poder quase imune à responsabilidade que se perdia nos meandros burocráticos. Pese embora ainda os lamentos de todos aqueles que beneficiavam indirectamente das liberalidades desse estado de coisas ou simplesmente daqueles que recebem a 'anarquia' da liberdade ou tão só temem ver mudar aquilo a que já estavam habituados.

### 3. O Estado mínimo

Fala-se por isso hoje de novo em Estado mínimo. O que é isso de Estado mínimo? Entendê-lo, como muitos o fazem, como o fim da protecção dos mais fracos, à lei da selva e outros mimos com que se costuma brindar a criatividade e as iniciativas individuais é apenas o primeiro passo para a secundarização das

formas voluntárias de organização, e para mais tarde afirmar a necessidade de oficialização e estatização do agir humano. É por isso que quando, mesmo em meios eclesiais, esta falta de fé na actividade livre e espontânea do homem contrasta com a sua redescoberta pela sociedade civil, são apropriadas as palavras de António Quadros quando lembra que «ao surgir cada vez mais imperativamente na estrutura económica e social das nações, o Estado tem como principal intuito substituir-se aos valores religiosos perdidos desde tempos anteriores ao positivismo. Numa sociedade verdadeiramente religiosa, o Estado não precisa em princípio de ser forte, porque a vinculação dos homens faz-se menos à autoridade dos governantes do que à autoridade de Deus, a que estão subordinados por igual, governantes e governados como nas comunidades judaicas dos velhos tempos ou nas comunidades cristãs dos primeiros séculos»<sup>54</sup>.

Este Estado mínimo não é incompatível com a garantia de um mínimo de subsistência a todo o cidadão, de acordo com a dignidade humana e as possibilidades do país. 'Não se trata pois de abandonar cada um à sua sorte e muito menos estabelecer a lei da selva, mas antes limitar ao mínimo a selva sem lei constitutiva de muitas das arbitrariedades do poder político: Não apenas os membros da sociedade civil mas também os representantes do estado devem estar subordinados à lei. É o retomar dessa tradição de governo limitado, já presente na ideia clássica de governo debaixo das leis, tão nítida na tradição greco-romana, e realçada na Idade Média com o seu primado da lei sobre os homens, claramente evidenciada na obrigação de os governantes submeterem a sua acção ao consentimento popular através da aprovação pelos representantes naturais.

Que no nosso tempo tenham sido países anglo-saxónicos a adiantar-se no retomar desta visão do Estado não deve admirar-nos, pois que a ideia cristã de que a liberdade é prévia ao político, ao Estado e não uma concessão do governo é a mesma que esteve por detrás da tradição inglesa de governo das leis. Infelizmente foi a tradição de governo dos homens (acima das leis) também com raízes no mundo clássico que acabou por ser

<sup>54</sup> António Quadros — *Introdução à Filosofia da História: Mito, História e Teoria da História no Pensamento Europeu e no Pensamento Português*, Editorial Verbo, Lisboa, 1982, 168.

a prevalecente no continente, estando na base do entendimento divergente quanto à liberdade e democracia.

Quem sabe se o perceber a diferença entre estas duas formas de governação não ajudaria a entender melhor o porquê de os EUA se terem desenvolvido tanto e outros países igualmente ricos (como por exemplo o Brasil ou a Argentina) estarem na situação em que estão. É que os britânicos mais do que preocuparem-se com quem está em cima e em baixo, procuraram antes criar *regras de jogo* que permitissem que quem está em baixo pudesse subir e quem está em cima tivesse que lutar para manter o lugar. Mais do que colocar acima das leis homens e partidos que prometiam corrigir desigualdades existentes, o pragmatismo inglês soube sujeitar todos os homens às mesmas leis. Mais do que multiplicar Constituições políticas os EUA preferiram ir fazendo algumas emendas na mesma constituição.

O querer mexer nas regras e nos resultados do jogo económico, ou pior ainda querer subordinar as regras aos resultados que em cada momento o poder político acha bons ou justos, está por detrás de degradação e decadência da lei e da transformação do Estado-árbitro em Estado-*'batoteiro'*. É o não perceber que o resultado depende de múltiplos factores e que mais do que uma pseudo-justiça do resultado importa salvaguardar a justiça da lei. É a crescente falta de confiança na independência da lei que dentro do sistema fomenta grupos de pressão, que tem em vista fabricar o resultado e multiplica o contentamento dos fora da lei, e à margem do sistema alimenta os grupos que querem a mudança revolucionária da situação.

Urge entender, que muita da pobreza do Terceiro Mundo, das dificuldades dos países ditos socialistas e das incertezas dos países de economia de mercado têm no quadro jurídico-institucional uma primeira explicação. É assim que, por ironia do destino, as novas realidades questionam ao mesmo tempo o mundo ocidental que enfrenta o desabar de um modelo económico social, os países de Leste que descobrem a falta de um Estado de Direito e das liberdades fundamentais e os países do Terceiro Mundo que, agora, se queixam não de terem exploradores mas de não serem suficientemente explorados.

Não é o fim do mundo; é apenas um pouco tarde... Já vai sendo tempo de saber que regras e paragens a mais estragam o desafio; que imposições e obrigações a mais prejudicam a

graça do casamento; que a multiplicação de normas e regulamentos impostos mata a espontaneidade e expulsa a independência necessária para o dinamismo económico e progresso social.

É urgente reconhecer que o intervencionismo sujeita não apenas a lei aos resultados mas os homens aos objectivos do poder tolhendo a pouco e pouco a criatividade e liberdades de acção e mais tarde o próprio pensamento. É assim que o Governo de homens (colocados em condições de manipular as leis para garantir os resultados previstos) em vez de fomentar a independência dos homens e das leis os corrompe, sujeitando-os aos bons objectivos da organização e aos maus humores dos Chefes. Ou não fosse o espírito de inovação o fruto maior da árvore da liberdade e cultivo da independência.

(continua)

JOSÉ MANUEL MOREIRA